PATRIMÔNIOS E PRESERVAÇÃO: PRESIDENTE PRUDENTE

Mariele Silva Ferragini, Liza da Fonseca Jeronymo, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes Borges

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente, SP. E-mail: mariele_ferragini@hotmail.com

RESUMO

Cada estilo arquitetônico merece ser reconhecido e preservado, especialmente para que as próximas gerações os admirem e entendam como parte relevante do que somos hoje. Explicaremos brevemente sobre a história da cidade de Presidente Prudente, citando as instituições brasileiras responsáveis pelos patrimônios e suas funções; a importância das cartas patrimoniais, principalmente a de Veneza, na formação da mentalidade preservacionista das autoridades e sociedades; classificação dos patrimônios, métodos de preservação e sua importância; e, por fim, a situação dos patrimônios tombados no município em questão, bem como a dos bens não tombados, e o papel fundamental de um órgão junto às autoridades.

Palavras-chave: Presidente Prudente, arquitetura, patrimônios, preservação, sociedade.

PATRIMONY AND PRESERVATION: PRESIDENTE PRUDENTE

ABSTRACT

Every architectural style deserves to be recognized and preserved, specially to the future generations to admire and understand them as a relevant part of what we are today. We will briefly explain about the history of Presidente Prudente city, naming the Brazilian institutions responsible for heritage and its functions; the importance of the patrimonial letters, mainly the Veneza's one, in training of the preservationist mentality of authorities and societies; classification of patrimonies, preservation methods and their importance; and, lastly, the situation of the patrimonial buildings in the city concerned, as well the ones that are not tumbled yet, and the central role of organizations working with the authorities.

Keywords: Presidente Prudente, architecture, patrimony, preservation, society.

INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, com a cultura de que tudo que se torna levemente obsoleto deva ser substituído, a preservação dos patrimônios e obras de valor histórico deve cada vez mais difundida e levada a sério, pois são eles que formam nossa memória como sociedade. Infelizmente, existe a falta de interesse das autoridades, que acreditam não se beneficiar dos pedidos de tombamento, bem como a população, que, por falta de conhecimento, sentem-se prejudicadas em casos de tombamento, pois veem apenas a impacto imediato de tal ação, e não sua importância para o futuro.

O presente artigo tem como propósito apresentar e informar sobre a situação dos patrimônios e obras de estilos icônicos na cidade de Presidente Prudente, reforçando a importância da participação da população na preservação, fundamental para o desenvolvimento das sociedades e manutenção de suas memórias coletivas.

METODOLOGIA

Para realizar nosso trabalho, utilizamos a revisão bibliográfica, tratando dos seguintes temas: a história de Presidente Prudente; os órgãos patrimoniais; classificações de patrimônios; importância das cartas patrimoniais nas questões preservacionistas; relevância e métodos de conservação de obras, bem como a situação da cidade e de suas obras, tombadas ou não.

REVISÃO HISTÓRICA

Fundada em 1917, a cidade de Presidente Prudente surgiu com a chegada da ferrovia e estação da Alta Sorocabana, trazendo com ela Francisco de Paula Goulart, que, juntamente com José Soares Marcondes, que chegaria anos depois, são considerados os fundadores da cidade. A primeira área a surgir como bairro foi a Vila Goulart, localizada próxima à Estação ferroviária, onde atualmente é o centro, no sentido oeste; como resposta, foi criada a Vila Marcondes, do lado leste da linha do trem. A cidade expandiu-se na direção da Vila Goulart, devido à facilidade de acesso e terreno menos acidentado, enquanto o restante se desenvolveu de modo mais lento.

Apesar de ter seu surgimento considerado recente, aproximando-se de completar 100 anos em 2017, sua história consegue ser contada através de diferentes estilos arquitetônicos, como art déco e modernista. Infelizmente, muitas obras foram descaracterizadas ao longo do tempo, tanto por falta de conhecimento da população quanto desinteresse das autoridades. Hélio Hirao (2012) relata que os principais atores políticos e instituições questionam a existência de patrimônio histórico, justificando que a cidade não possui história.

A preocupação com a preservação da memória de um povo existe desde o surgimento da humanidade. Pinturas rupestres, entalhamentos em muros e painéis, pinturas em quadros, documentos escritos, histórias passadas por gerações, estilos arquitetônicos diferentes representando as mudanças de um povo, fotografias e documentários, chegando até a atualidade, onde as pessoas estão cada vez mais cientes da importância da memória na sociedade. (LEMOS, 1981)

3. DEFINIÇÕES

3.1 Órgãos relacionados aos patrimônios

A população, por maior que seja sua vontade de cuidar de obras importantes de suas cidades, precisa de apoio das autoridades municipais e órgãos que tratam de tombamentos de obras. Estes órgãos existem em esfera nacional, estadual, e, às vezes, municipal.

Em caráter nacional temos o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Criado em 1937 pela Lei nº 378, assinada por Getúlio Vargas, tem a função de promover e proteger os bens culturais do país. Vinculado ao Ministério da Cultura, também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e Lista de Patrimônio Imaterial da humanidade. A Constituição categoriza os bens a serem preservados e estabelece formas de preservação, que serão analisados nos tópicos seguintes.

No estado de São Paulo existe o Condephaat, Conselho de Defesa de Patrimônios Históricos, Arqueológicos, Artísticos e Turísticos. É subordinado à Secretaria do Estado de São Paulo e foi criado em 1968, compartilhando as funções do IPHAN em nível estadual, sendo responsável também pelo tombamento de bens patrimoniais. Alguns municípios possuem instituições próprias, como é o caso de Presidente Prudente, que será detalhado em seu devido tópico.

3.2 Classificações

Segundo a UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, os patrimônios são colocados em quatro categorias: natural mundial, cultural imaterial, cultural mundial e cultural subaquático. Patrimônio natural mundial: formações físicas, podendo ser biológicas ou geológicas, com habitat e espécies ameaçadas, com valor científico e de conservação. Patrimônio cultural imaterial: são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e um povo, juntamente com os objetos associados. Patrimônio cultural mundial: ficam nesta categoria os monumentos, edifícios e sítios, com excepcional valor histórico, estético,

arqueológico, científico, antropológico e etnológico. Patrimônio cultural subaquático: vestígios de caráter cultural e histórico, que provem a passagem do homem por áreas subaquáticas, tendo estas que estar submersas por pelo menos cem anos. (UNESCO, 2015)

A Constituição Brasileira de 1988, pelo artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. São reconhecidas também as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Os artigos 215 e 216 reconhecem a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (BRASIL, 1988)

CARTAS PATRIMONIAIS

As Cartas Patrimoniais foram os primeiros documentos que discutiam sobre os patrimônios, mas de maneira simples e sem detalhamentos. A primeira carta foi a de Atenas, em 1931, que discute a racionalização de procedimentos em arquitetura e propõe normas e condutas em relação à preservação e conservação de edificações, bem como a responsabilidade dos Estados sobre seus patrimônios. A cada nova Carta, mais definições e explicações eram adicionadas, acompanhando as mudanças e inovações do mundo, sendo a Carta de Veneza umas das mais utilizadas até hoje como referência para estudiosos do assunto. Escrita em 1964, detalha sobre a necessidade de um plano internacional de conservação e restauração de monumentos:

“É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.” (Carta de Veneza, 1964)

Define o monumento histórico e sua restauração e conservação como atividade interdisciplinar (ciências e técnicas) no artigo 2º:

“A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.” (Carta de Veneza, 1964)

Também discorre sobre a importância do local onde os bens estão inseridos, e como uma obra nunca deve ser separada de suas partes, salvo em casos extremos para que pelo menos algo seja preservado, além de dar explicações mais detalhadas sobre técnicas de conservação.

PRESERVAÇÃO

Importância

Como já foi levemente citado em outros tópicos, a preservação de patrimônios e o tombamento de bens tem extrema importância não só arquitetônica, mas para a população, agindo como guardador da memória, ajudando a criar a identidade de um povo. A partir do momento em que uma obra é tombada, ela deve ser mantida no estilo em que está, passando por restaurações periódicas a fim de salvaguardá-la. Uma maneira de manter os bens em uso, não apenas como quadros a serem apreciados, é dá-los novas funções que não interfiram em suas características originais. Carlos Lemos, em seu livro *O que é Patrimônio* (1981), diz que tudo o que se relaciona à memória de um povo deve ser preservado. Um dos maiores desafios é a falta de interesse da população, que acredita que sairá prejudicada caso seu bem seja tombado, o que não é o caso, sendo necessário esclarecer as vantagens da preservação. Uma boa opção é ensinar sobre a importância dos patrimônios nas escolas, para que as crianças já cresçam com uma mentalidade preservacionista.

Métodos de preservação

O IPHAN possui três etapas para preservação: registro, inventário e tombamento. O Registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do Patrimônio; ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural e são inscritos em um dos quatro livros de Registro, de acordo com sua categoria correspondente; estabelece, ainda, o compromisso do Estado em inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais, além de tornar informações acessíveis ao público. O Inventário contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certo usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independente de sua qualidade arquitetônica ou artísticas, traçando diretrizes alternativas de propostas para os patrimônios. O Tombamento é o mais tradicional dos instrumentos de reconhecimento e proteção do patrimônio nacional, instituído pelo Decreto-Lei nº 25 em 1937; é o ato administrativo realizado pelo poder público, podendo contar com a ajuda da população para que os bens não sejam perdidos com o tempo, utilizando de constante manutenção a fim de manter a memória da sociedade.

PRESIDENTE PRUDENTE

Conselho Municipal

Durante vários anos, a cidade de Presidente Prudente ficou sem órgão municipal relacionado ao patrimônio, já que a representação do CONDEPHAAT, órgão estadual, durou até

2004, devido à divergência entre os interesses destes e das autoridades (HIRAO, 2012), e o novo órgão, o COMUDEPHAAT, Conselho Municipal de Defesa ao Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Arqueológico e Turístico, foi criado depois do ano 2012. Neste período ocorreu um caso muito conhecido na cidade: o “destombamento” da Catedral São Sebastião, no centro. Conforme Hirao (2012), ela havia sido tombada em 1985, mas em 1993 foi retirada da lista de patrimônios, quando o órgão representante estava desativado. O novo conselho encaminhou pedido para novo tombamento, cujo processo ainda está em andamento. Um dos maiores problemas ocorridos neste período foi o desaparecimento do Livro Tombo, onde ficam registrados os bens patrimoniais da cidade, o que dificulta muito o ato de tombamento. Atualmente o Conselho conta com professores, arquitetos, historiadores e outros profissionais da área, trabalhando em benefício da cidade e seus habitantes.

Patrimônios

Por enquanto, a cidade possui três bens tombados: o Museu Municipal, mostrado nas figuras 1 e 2, que era o antigo Matadouro, construído em 1929, sendo transformado em Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Neto no ano de 1977, com tombamento em 1991; o Centro Cultural Matarazzo, ilustrado na figura 3, antigo barracão de algodão da década de 30-40, tombado em 1987; e o Bebedouro de animais em frente à antiga estação ferroviária, na figura 4, o primeiro bem da cidade a ser tombado, em 1985.

Atualmente estão em processo de tombamento, a pedido do COMUDEPHAAT, a Praça 9 de Julho, um dos marcos da cidade, localizada em frente à Catedral São Sebastião; o IBC, Instituto Brasileiro do Café, utilizado como centro de exposições, no Residencial Jarina na Vila Furquim; e como já foi citado acima, a Catedral São Sebastião.

Figura 1. Museu Municipal de Presidente Prudente. Foto dos autores, 2014

Figura 2. Placa em frente ao Museu Municipal de Presidente Prudente.

Foto dos autores, 2014

Figura 3. Centro Cultural Matarazzo. Foto dos autores, 2015

Figura 4. Bebedouro em frete a antiga Estação Ferroviária de Presidente Prudente.

Fonte: Google Maps, 2012

Situação geral

Com relação ao restante da cidade, está sendo realizado um mapeamento de bens passíveis de tombamento, com ordem baseada na prioridade, atendendo primeiramente as obras em pior estado de conservação. Um dos focos é estudar o Corredor Histórico, que se inicia na escola Arruma Melo, passando pelo centro, Estação Ferroviária, Matarazzo, SESI (Serviço Social da Indústria), terminando nos barracos da antiga SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), que, de acordo com Hirao (2012), também é de interesse do Ministério Público Federal e da Secretaria Municipal de Cultura, visando a comemoração do centenário da cidade em 2017.

É de extrema importância a participação da sociedade na preservação e fiscalização tanto de obras já tombadas quanto de bens históricos, para que não se repita o caso do Hotel Municipal, que teve sua fachada principal totalmente descaracterizada durante a noite, evitando assim o processo de tombamento.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados neste artigo, é possível perceber que a história de um povo depende e é contada por suas obras, sendo muito relevante a sua conservação. Quanto maior o interesse da população mais fácil o trabalho do COMUDEPHAAT, que, trabalhando juntos, obtém respostas mais rápidas do poder público. São vários os métodos de preservação e documentos que auxiliam profissionais da área, de modo que a memória coletiva seja mantida por várias gerações, com a união de todos.

REFERÊNCIAS

Câmara de Presidente Prudente. História de Presidente Prudente. Disponível em : < http://camarapprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/pprudente/historia.html > Acesso em 15 jul. 2015

Portal IPHAN. Sobre o Iphan. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/> > Acesso em 15 jul. 2015.

Patrimônio Cultural. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: < <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=264> > Acesso em 17 jul. 2015.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (Brasil) CURY, Isabelle (Org.) **Cartas Patrimoniais.** 2ª Edição, Rio de Janeiro: IPHAN. 2000

Portal IPHAN. Carta de Veneza. Disponível em : < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> > Acesso em 17 jul. 2015

O Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de Presidente Prudente: O Possível Preservado. (Brasil) HIRAO, Hélio; FLOETER, Roberto A.. TÓPOS, V. 6, Nº 2, p. 53 – 68, 2012.

O que é Patrimônio Histórico. (Brasil) LEMOS, Carlos A. C.. Editora Brasiliense. 1981.